

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31/12/2010 e de 2009 (Em reais)

valor contábil. Se o valor recuperável estimado for menor, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável estimado e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. Similarmente, em cada data de relatório, os estoques são avaliados quanto à redução ao valor recuperável, comparando-se o valor contábil de cada item de estoque (ou grupo de itens similares) com o seu preço de venda menos custos para concluir e vender. Se um item de estoque (ou grupo de itens similares) apresentar problemas de recuperação, seu valor contábil é reduzido ao preço de venda menos os custos para concluir e vender, e uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subseqüentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável (preço de venda menos custos para concluir e vender, no caso de estoques), mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou grupo de ativos relacionados) em exercícios anteriores. Uma reversão de uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente em lucros e perdas.

2.3. Caixa e Equivalentes de Caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A “Sociedade” considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4. Contas a Receber de Clientes e Outras: A maior parte das vendas é efetuada com base em prazos normais de crédito, e as contas a receber não estão sujeitas a juros. Quando o crédito é estendido além dos prazos normais de crédito, as contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos. Ao final de cada período de relatório, os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não são recuperáveis. Os valores não recuperáveis são registrados no resultado do exercício de acordo com os seguintes critérios:

- Os créditos com valores menores que R\$ 5.000, por operação, vencidos há mais de 180 dias, independente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, são registrados reduzindo o saldo da conta que registra o crédito; e
- Para os demais créditos, os valores baixados são registrados em uma conta redutora do contas a receber, denominada “devedores duvidosos”. Tendo em vista o curtíssimo prazo médio de realização das contas a receber de clientes, não é considerado o ajuste a valor presente dos títulos componentes deste saldo.

2.5. Estoques: Estoques são apresentados pelo menor entre o custo e o preço de venda menos custos para concluir e vender. O custo é calculado pelo método da Média Ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal). O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos dos custos e despesas de venda.

2.6. Tributos a Recuperar: São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regaras legais, e representam créditos fiscais associados às aquisições de insumos e de bens do ativo imobilizado.

2.7. Tributos Diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

2.8. Depósitos/Cauções Judiciais: São realizados para dar curso a discussões judiciais e estão associados a passivos, constituídos ou não. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorra desfecho favorável das questões para a “Sociedade”.

2.9. Investimentos em Coligadas: O investimento da “Sociedade” em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a “Sociedade” exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. A demonstração do resultado reflete a parcela

dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a “Sociedade” reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a “Sociedade” e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada. A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a “Sociedade”. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela “Sociedade”. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da “Sociedade” em sua coligada. A “Sociedade” determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado. Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a “Sociedade” avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

2.10. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A “Sociedade” optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os seus ativos imobilizados; (ii) o ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; e (iii) possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. As fábricas e seus equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui os custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a “Sociedade” reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 12. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

2.11. Ativos Intangíveis: Ativos intangíveis consistem em software de computador adquirido, reconhecido pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

2.12. Contas a Pagar a Fornecedores: Contas a pagar a fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros. Contas a pagar a fornecedores denominadas em moeda estrangeira são convertidas para Reais utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do relatório. Ganhos e perdas de câmbio são incluídos em outras receitas ou outras despesas.

2.13. Empréstimos Bancários e Saques a Descoberto em Bancos: A despesa de juros é reconhecida com base no método de juros efetivos e incluída em custos financeiros. Todos os custos de empréstimos são reconhecidos em lucros e perdas no período em que são incorridos.

2.14. Provisões: (a) Geral: Provisões são reconhecidas quando a “Sociedade” tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a “Sociedade” espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

(b) Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas A “Sociedade” é parte em diversos processos judiciais e admi-

nistrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Reconhecimento de Receitas: A receita compreende o valor original da venda de produtos e revenda de mercadorias. A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos e impostos relacionados a vendas, cobrados em nome do governo brasileiro.

2.16. Subvenções Governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a “Sociedade” receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. A receita decorrente de incentivos fiscais de Imposto de Renda e ICMS, recebidas sob a forma de ativos monetários, é reconhecida no resultado do exercício, de maneira sistemática, ao longo do período correspondente às despesas tributárias incorridas, objeto desse incentivo.

2.17. Imposto sobre a Renda: A despesa de imposto sobre a renda representa a soma do imposto a pagar e do imposto diferido. O imposto a pagar baseia-se no lucro tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases de cálculo (reconhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e para quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de relatório e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do período de relatório.

2.18. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a “Sociedade” concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.19. Lucro por Ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício pela quantidade média ponderada de ações/quotas disponíveis durante o exercício.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2010	2009
Caixa	595.013	648.321
Bancos	6.240.429	9.979.538
Aplicações financeiras	54.730.190	59.645.593
Total	61.565.632	70.273.452

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, as aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, debêntures e fundos de investimento administrados por bancos de primeira linha, livres para resgate, avaliadas a valor de realização.